

# AINST/16/00015 — Relatório final da CAE

## I - Avaliação da Instituição

### Perguntas A1. e A2.

#### A1. Instituição de Ensino Superior:

Instituto Politécnico De Portalegre

#### A2. Natureza da instituição:

<sem resposta>

## Requisitos Gerais

### A3. Projeto educativo, científico e cultural da Instituição.

#### A3.1. Projeto educativo, científico e cultural da Instituição.

Está definido e é coerente com a natureza política e a missão da Instituição

#### A3.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

O projecto educativo, científico e cultural (e também desportivo) do Instituto Politécnico de Portalegre (IPPortalegre) tem sido baseado num documento formal: “O Conselho Geral (CG) do Instituto Politécnico de Portalegre (IPP) aprovou o seu Projeto Educativo, Científico, Cultural e Desportivo (PECCD), em reunião do CG no dia 4 de junho de 2014, após uma preparação descentralizada e uma discussão interna ampla, dentro e fora do CG, sobre o documento propriamente dito. Na fase final, uma equipa do CG esboçou a versão definitiva que foi aprovada em reunião do CG referida.”

Toma em consideração o contexto geográfico, económico e social da região. Foi recentemente constituído um novo CG que irá fazer uma reapreciação e actualização do documento. A Comissão de Avaliação Externa (CAE) teve oportunidade de dialogar com a nova presidência daquele orgão que evidenciou excelente dinâmica levando a concluir que será uma mais-valia para o IPPortalegre.

## A4. Organização e gestão

### A4.1. Órgãos de governo da Instituição e das suas Unidades Orgânicas estatutariamente consagrados

#### A4.1.1 Órgãos de governo da Instituição e das suas Unidades Orgânicas estatutariamente consagrados.

Existem, satisfazem as condições legais e funcionam regularmente

#### A4.1.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

De acordo com os estatutos do IPPortalegre, os órgãos de governo da instituição são: Conselho Geral composto por 22 membros, sendo 16 membros internos e seis personalidades externas; Presidente do Instituto, coadjuvado por um Vice-Presidente e por Pró-Presidentes; Conselho de Gestão, composto pelo Presidente do Instituto, que preside, pelo Vice-Presidente, pelo Administrador do Instituto e pelo Administrador dos Serviços de Acção Social (SAS); Conselho Académico, órgão de natureza consultiva, composto pelo Presidente do Instituto que preside, Vic-Presidente, Pró-Presidentes, Presidentes dos Conselhos Técnico-Científicos e dos Conselhos Pedagógicos das Escolas, Administrador do IPPortalegre e Presidente da Associação Académica do IPPortalegre. Os órgãos das Unidades Orgânicas (Escolas) são:

Diretor que poderá ser coadjuvado por um Subdiretor; Conselho Técnico-Científico, constituído por um máximo de 20 professores e 5 personalidades externas convidadas; Conselho Pedagógico,

constituído por um mínimo de 6 e máximo de 24 membros, com igual número de docentes e estudantes; Departamentos, estruturas de apoio à coordenação científica e pedagógica, base de organização das Escolas; Coordenador de Curso, docente que faz a coordenação pedagógica, científica e de funcionamento de cada curso.

As Escolas regem-se por estatutos próprios, onde são fixados os órgãos de gestão e as respectivas competências, bem

como os princípios que devem orientar as atividades próprias, definida a estrutura de gestão adotada e a sua organização interna.

São ainda órgãos do IPPortalegre o Administrador do IPPortalegre e o Administrador dos SAS.

#### **A4.2. Autonomia científica e pedagógica do estabelecimento**

##### **A4.2.1 É assegurada a autonomia científica e pedagógica do estabelecimento:**

Sim

##### **A4.2.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.**

A nível institucional, a autonomia científica e pedagógica é assegurada através do Conselho Académico, órgão de natureza consultiva, composto pelo Presidente do Instituto que o preside, Vice-Presidente, Pró-Presidentes, Presidentes dos Conselhos Técnico-Científicos e dos Conselhos Pedagógicos das Escolas, Administrador do IPPortalegre e Presidente da Associação Académica do IPPortalegre. Também fazem parte deste orgão os Directores das Escolas (embora o RAA não o tenha indicado).

A nível das Unidades Orgânicas a autonomia científica e pedagógica é assegurada através dos Conselhos Técnico-Científicos, constituídos, cada um, por um máximo de 20 professores e 5 personalidades externas convidadas e dos

Conselhos Pedagógicos, constituídos, cada um, por um mínimo de 6 e máximo de 24 membros, com igual número de docentes e estudantes.

#### **A4.3. Participação de docentes, investigadores e estudantes no governo do estabelecimento**

##### **A4.3.1 É assegurada a participação de docentes, investigadores e estudantes no governo do estabelecimento:**

Sim

##### **A4.3.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.**

As respostas a A4.1 e A4.2 são suficientemente esclarecedoras.

#### **A4.4. Sistema interno de garantia da qualidade**

##### **A4.4. Sistema interno de garantia da qualidade (artigo 4º, nº 1, alínea c) do RJAES):**

Existe, a nível da Instituição, e está certificado pela A3ES (campo A4.4.1)

##### **A4.4.1. Evolução do sistema (no caso de sistema certificado pela A3ES).**

Sistema interno de garantia da qualidade definido a nível da Instituição e certificado pela A3ES: O Sistema Interno de Garantia da Qualidade (SIGQ) encontrava-se certificado condicionalmente pela A3ES. Entretanto e face às recomendações recebidas, a instituição procedeu à implementação de diversas medidas de correcção que culminaram com a certificação final do sistema (no passado mês de Novembro) por um período de 6 anos.

O correspondente documento encontra-se acessível e foi entendido, ao longo das diversas reuniões com a CAE durante a visita, que o governo da instituição e os seus recursos humanos adoptaram a inerente cultura da qualidade com evidentes benefícios.

Existe um Regulamento do Desempenho do Corpo Docente que foi implementado, sendo aplicado de 3 em 3 anos. Os períodos de 2011/13 e 2014/16 já foram objecto da aplicação deste regulamento.

##### **A4.4.2. Breve descrição do sistema (no caso de sistema não certificado pela A3ES)**

Sistema interno de garantia da qualidade definido a nível da Instituição e ainda não certificado pela

A3ES:

<sem resposta>

## A5. Ensino

### A5.1. Procura e acesso

#### A5.1.1. A instituição tem uma política de recrutamento de novos estudantes:

Sim

#### A5.1.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

Em geral, cerca de 70% das vagas são preenchidas através do Concurso Nacional de Acesso (CNA). Exceptua-se a Escola Superior de Educação com cerca de 60%. As restantes vagas são, total ou parcialmente, preenchidas através de medidas alternativas (nomeadamente a admissão de maiores de 23 anos). A instituição apostava também na oferta formativa dos cursos de Técnicos Superiores Profissionais (TeSP) que, embora criados recentemente, mostram encontrar-se em crescimento. A correspondente aposta numa fileira formativa deverá também contribuir para melhorar o preenchimento das vagas oferecidas. Ao apostar numa oferta formativa adequada às necessidades da região, a instituição consegue uma tendência para fixar os estudantes, evitando o abandono por transferência para outras instituições. Foi também verificado que a instituição procura obter parcerias que reforcem a oferta formativa.

De acordo com um estudo da proveniência geográfica, realizado anualmente pelo Observatório Académico do IPPortalegre, constata-se que Portalegre tem sido, nos últimos anos, o principal distrito de proveniência dos seus estudantes, comprovando-se que a residência permanente da grande maioria dos agregados familiares dos referidos estudantes se situa neste distrito.

No entanto, algumas das ofertas formativas ainda não conseguem atrair estudantes em número adequado pelo que se recomenda à instituição prosseguir/reforçar as acções de divulgação e captação de candidatos para as referidas ofertas formativas. Note-se que os dados do RAA e os esclarecimentos adicionais expressos na pronúncia da instituição mostram que, em geral, o IPPortalegre tem feito esforços significativos na divulgação da sua oferta formativa tanto a nível regional como nacional e internacional.

### A5.2. Sucesso escolar

#### A5.2.1. A instituição tem políticas para promover o sucesso escolar e a integração dos estudantes:

Sim

#### A5.2.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

A taxa global média de sucesso escolar é razoavelmente boa sendo publicitada através da internet (página do Observatório Académico). Os piores resultados são obtidos na Escola Superior de Tecnologia e Gestão (ESTG) e os melhores na Escola Superior de Saúde (ESS).

Com base apenas no RAA, não ficou bem clarificada a estratégia que a instituição adopta para promover o aumento do sucesso escolar. No entanto, um dos alunos referiu ter tido acompanhamento extraordinário para conseguir ultrapassar as dificuldades na área da matemática. Os estudantes indicam estar bem integrados, mas queixam-se de algum "isolamento" da cidade, com acessibilidades menos boas e poucos locais de interesse ou de lazer. A dispersão das instalações (em particular no caso da Escola Superior Agrária que se situa em Elvas) não permite fomentar maior interconvívio. Um dos alunos referiu ter sido a primeira vez que se deslocou, para a reunião com a CAE, ao edifício dos serviços centrais do Politécnico.

Na pronúncia, o IPPortalegre informou que, com vista ao aumento do sucesso escolar, está em curso a aprovação de um sistema de Tutorado e uma análise detalhada dos dossiers Técnico-Pedagógicos a fim de identificar e corrigir fragilidades. Também informa disponibilizar aulas suplementares nas UC

cujo sucesso escolar é mais fraco nomeadamente nas UC de matemática, bioquímica e biofísica, entre outras. Estas iniciativas merecem o apoio da CAE.

### A5.3. Ligação à investigação orientada

#### A5.3.1. A instituição tem medidas que garantem o contacto dos estudantes com a investigação orientada desde os primeiros anos:

Em parte

#### A5.3.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

Nota-se a existência de alguma dinâmica na obtenção de projectos de investigação orientada, prestação de serviços e de integração na comunidade, e de Unidades Curriculares (em alguns ciclos de estudo) com vista a assegurar o contacto dos estudantes com aquelas actividades. No entanto estes objectivos não são ainda bem atingidos correspondendo a alguma debilidade da instituição. Recentemente, a instituição estruturou um centro de investigação próprio que irá submeter à apreciação e acreditação por parte da FCT. O sucesso desta medida poderá dinamizar a actividade de investigação e criar melhores condições para o contacto dos estudantes.

### A5.4. Inserção dos diplomados no mercado de trabalho

#### A5.4.1. A Instituição promove de forma eficaz a monitorização da empregabilidade e o apoio aos estudantes para a sua inserção no mercado de trabalho:

Sim

#### A5.4.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

O IPPortalegre possui, a nível organizacional, uma unidade funcional denominada Gabinete de Empreendedorismo e Emprego (GEE) que visa, entre outras, o apoio à inserção e acompanhamento dos diplomados no mercado de trabalho. Entre as medidas adoptadas destacam-se a inclusão da UC de estágio nas ofertas formativas conferentes de grau, a organização de Feiras de Emprego específicas, a dinamização do concurso regional Poliempreende, a organização em todas as escolas de diversas sessões de esclarecimento da Volta de Apoio ao Emprego, em colaboração com o Centro de Informação Europe Direct e com o IEFP, a criação de uma bolsa de emprego numa plataforma online, a realização da ENOVE+ Feira de Emprego e Empreendedorismo e a integração da Comissão de acompanhamento de todos os Ninhos de Empresas do IEFP da sub-região Portalegre, Elvas e Monforte.

Globalmente a empregabilidade dos estudantes, na área em que obtiveram o seu diploma, é boa, com excepção da ESE.

### A6. O corpo docente

#### A6.1. A Instituição dispõe de um corpo docente adequado e tem uma política de recrutamento:

Em parte

#### A6.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

O número de doutorados é elevado. No entanto o número de especialistas não obedece à legislação sendo inferior a 35% do número total de ETI (Equivalentes a Tempo Inteiro).

Por outro lado, não é clara a política de recrutamento de docentes. Com efeito, existem diversos casos de docentes a 100%, com o doutoramento, que têm a categoria de Assistentes ou Equiparados e existem docentes com apenas a licenciatura (uns são Especialistas mas outros não) que são Professores Adjuntos ou Equiparados.

Também se verifica que muitos dos docentes têm uma carga anual lectiva muito elevada (mais do que 400 h).

No total, em 163,19 ETI, existem apenas 15 Professores Coordenadores (3 na ESA, 5 na ESE, 3 na ESS e 4 na ESTG).

Cerca de 2/3 dos docentes têm uma relação estável com a instituição e a média de idades é de 47 anos, não sendo demasiadamente elevada na ESA (40 anos) e sendo mais elevada na ESE e na ESS (acima dos 50 anos). O grau de envelhecimento dos docentes nestas últimas escolas é motivo de preocupação.

Na pronúncia, a instituição reconhece esta situação que considera ser consequência do regime de transição ainda em curso e das restrições orçamentais. No final do regime de transição (Agosto de 2018) serão adoptadas medidas para corrigir a actual situação.

## A7. A atividade científica e tecnológica

### A7.1. Políticas de investigação orientada, desenvolvimento tecnológico e desenvolvimento profissional de alto nível

#### A7.1.1. A Instituição tem uma política para a investigação orientada, o desenvolvimento tecnológico e o desenvolvimento profissional de alto nível, e para a sua valorização económica:

Em parte

#### A7.1.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

Nota-se a existência de alguma dinâmica na obtenção de projectos de investigação orientada, prestação de serviços e de integração na comunidade, e de Unidades Curriculares (em alguns ciclos de estudo) com vista a assegurar o contacto dos estudantes com aquelas actividades. No entanto estes objectivos não são ainda bem atingidos correspondendo a alguma debilidade da instituição. Recentemente, a instituição estruturou um centro de investigação próprio que irá submeter à apreciação e acreditação por parte da FCT. O sucesso desta medida poderá dinamizar a actividade de investigação e criar melhores condições para o contacto dos estudantes.

A instituição reconhece a existência de debilidades nesta área como se pode confirmar pela leitura do RAA.

### A7.2. Políticas de prestação de serviços à comunidade

#### A7.2.1. A Instituição dispõe de uma política institucional consistente para a prestação de serviços à comunidade, adequada à sua contribuição para o desenvolvimento regional e nacional:

Em parte

#### A7.2.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

Tal como no caso da investigação orientada, a prestação de serviços à comunidade enferma ainda de alguma debilidade. A instituição adopta diversas políticas de prestação de serviços à comunidade, em grande medida através da uma unidade de investigação designada por C3i (Coordenação Interdisciplinar para a Investigação e Inovação). O sucesso das medidas implementadas é ainda fraco.

Num orçamento global de cerca de 12.300.000 de euros, apenas cerca de 195.000 euros correspondem a estas actividades (serviços de laboratórios/clinicas/centros, estudos, pareceres, projectos e consultoria e ainda acções de formação, seminários e congressos). O total de receitas próprias é de cerca de 2.100.000 euros sendo, na sua maioria, provenientes de propinas.

### A7.3. Políticas de captação de receitas próprias

#### A7.3.1. A instituição tem uma política de captação de receitas próprias e o seu nível é adequado:

Em parte

#### A7.3.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

Num orçamento global de cerca de 12.300.000 de euros, apenas cerca de 195.000 euros correspondem a estas actividades (serviços de laboratórios/clinicas/centros, estudos, pareceres, projectos e consultoria e ainda acções de formação, seminários e congressos). O total de receitas próprias é de cerca de 2.100.000 euros sendo, na sua maioria, provenientes de propinas.

## A8. Políticas de colaboração nacional

### A8.1. A Instituição dispõe de uma política institucional para a cooperação com outras instituições nacionais:

Sim

### A8.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

A instituição demonstra ter consolidado um elevado número de accordos/partenários/protocolos com diversas entidades, empresas e instituições. O RAA descreve claramente estes aspectos e, durante a visita, a CAE teve oportunidade de confirmar essa informação.

## A9. Políticas de internacionalização

### A9.1. A Instituição dispõe de uma política institucional para a internacionalização:

Em parte

### A9.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

Em termos de internacionalização e para além de programas como o Erasmus, a instituição aposta preferencialmente na lusofonia (em particular Brasil e S. Tomé e Príncipe). Tem já cerca de 50 estudantes estrangeiros matriculados nos seus ciclos de estudo.

A instituição reconhece a existência de debilidades nesta área como se pode confirmar pela leitura do RAA.

## A10. Instalações

### A10.1. A Instituição dispõe de instalações com as características exigíveis à ministração de ensino politécnico:

Sim

### A10.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

As instalações do IPPortalegre encontram-se dispersas pela cidade (com excepção da ESA que se encontra em Elvas). De acordo com a informação disponível, estas instalações encontram-se em bom estado de conservação e são adequadas aos fins a que se destinam.

## A11. Serviços de ação social

### A11.1. São assegurados serviços de ação social:

Sim

### A11.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

Os serviços de acção social concretizam diversos objectivos nomeadamente através da concessão de apoios sociais aos estudantes, de forma direta - bolsas de Estudo e auxílios de emergência - ou indireta - alimentação, alojamento, saúde, atividades desportivas e culturais, apoio psicopedagógico e outros apoios sociais (IPP Amigo, Mentorado, aconselhamento e educação alimentar, voluntariado, etc.), fomentando a cidadania e participação cívica. Realça-se o caso do Mentorado, que visa sensibilizar e angariar os estudantes para serem mentores de novos estudantes, ajudando nas diversas fases de integração, longe das suas famílias, ao mesmo tempo que se constitui como uma particular forma de ajuda de proximidade e de reforço do sentido de pertença a uma comunidade solidária e que cuida dos seus.

O orçamento global destes serviços é de cerca de 861.000 euros sendo a contribuição do orçamento

do Estado inferior a 50%.

## A12. Informação para o exterior

### A12.1. A Instituição publicita de forma adequada informação sobre a oferta educativa, incluindo os relatórios de autoavaliação e avaliação externa e das decisões da Agência:

Em parte

#### A12.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

A informação para o exterior é baseada na página da internet da instituição. Apenas foi possível encontrar uma versão em português o que limita a visibilidade do ponto de vista internacional. Não são publicados, na página da internet da instituição, os guiões de auto-avaliação. Quanto aos relatórios da A3ES, encontra-se em cada ciclo de estudos um "link" para a página da internet da A3ES.

Na pronúncia, a instituição informa ter reformulado a página web disponibilizando informação em vários idiomas o que se considera de realçar como muito positivo. Também informa ter disponibilizado os relatórios de auto avaliação. No entanto, o acesso aos relatórios de auto avaliação dos cursos implica ter conhecimento do número dos processos o que significa não estarem devidamente acessíveis ao público. Também não se encontra o relatório de auto avaliação institucional.

## Requisitos Específicos

### A13. Oferta educativa

#### A13.1. INSTITUTO POLITÉCNICO: A Instituição dispõe de, pelo menos:

- Duas escolas de áreas diferentes;
- Quatro ciclos de estudos de licenciatura acreditados, dois dos quais técnico-laboratoriais, em pelo menos duas áreas diferentes compatíveis com a missão própria do ensino politécnico.

**OUTRO ESTABELECIMENTO DE ENSINO SUPERIOR POLITÉCNICO:** A Instituição dispõe de, pelo menos:

- Um ciclo de estudos de licenciatura acreditado.

Sim

#### A13.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

A instituição tem 4 escolas de áreas de formação diferentes, oferecendo 23 ciclos de estudo acreditados sem condições e 4 acreditados com condições.

### A14. Corpo docente

A14.1. No conjunto dos docentes e investigadores que desenvolvam atividade docente ou de investigação, a qualquer título, na Instituição:

- A Instituição dispõe, no mínimo, de um especialista ou doutor por cada 30 estudantes;
- Pelo menos 15% são doutores em regime de tempo integral;
- Para além desses doutores, pelo menos 35% são especialistas (que poderão ser igualmente detentores do grau de doutor).

Em parte

#### A14.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

O número de doutorados é elevado. No entanto o número de especialistas não obedece à legislação sendo inferior a 35% do número total de ETI (Equivalentes a Tempo Inteiro).

Com efeito, no ano lectivo de 2015/16, verificava-se:

- 163,19 ETI;
- 1699 estudantes (incluindo TeSP);

- 76,17 ETI com doutoramento;
- 44,12 ETI Especialistas;
- 113,29 Especialistas+Doutorados (mínimo requerido = 56,63);
- 44,1% de Doutorados (mínimo requerido = 15%);
- 27% de Especialistas (mínimo requerido = 35%).

Note-se que se se considerar adequado verificar o cumprimento dos requisitos legais em termos do ECDESCP, a instituição não cumpre no que diz respeito à percentagem de professores de carreira.

## A15. Observações

### A15. Observações

Na generalidade, pode dizer-se que o IPPortalegre desenvolve uma actividade relevante no contexto económico e social da região em que se insere. A instituição tem conseguido ultrapassar algumas dificuldades merecendo uma apreciação global favorável.

No seu relatório preliminar, a CAE observou não existir total cumprimento dos requisitos legais no que diz respeito à informação para o exterior. Na pronúncia, a instituição informa ter disponibilizado os relatórios de auto avaliação. No entanto, o acesso aos relatórios de auto avaliação dos cursos implica ter conhecimento do número dos processos o que significa não estarem devidamente acessíveis ao público. Também não se encontra o relatório de auto avaliação institucional. Nestas circunstâncias, mantém-se a situação de incumprimento.

## II - Avaliação das Unidades Orgânicas

### B1. Ensino

#### B1.1. Adequação da oferta educativa

Apreciação geral da adequação da oferta formativa das Unidades Orgânicas da Instituição, face, designadamente, à missão de uma Instituição de natureza politécnica.

A oferta formativa é adequada à missão das Unidades Orgânicas e enquadra-se no Plano Estratégico do IPPortalegre. Está organizada numa fileira de formação contemplando dois ou três níveis académicos (a maior parte dos TeSP teve início muito recentemente). Tendo em consideração o ano lectivo de 2015/16:

- A nível da oferta de cursos de TeSP, a ESA e a ESS destacam-se garantindo uma boa procura. A ESE e a ESTG revelam fragilidades embora com uma oferta bastante mais alargada;
- A nível da oferta de 1º ciclos de estudo, todas as escolas demonstram algumas fragilidades: A ESA tem menor procura no ciclo de estudos de Equinicultura, a ESS no ciclo de estudos de Higiene Oral, a ESE no ciclo de estudos de Educação Básica e a ESTG no ciclo de estudos de Tecnologias de Produção de Biocombustíveis. Nos restantes 1º ciclos de estudos, todas as ofertas formativas têm razoável procura;
- A nível da oferta de 2º ciclos de estudo, todas as escolas demonstram fragilidades não garantindo uma adequada procura.

Na pronúncia, a instituição não concorda com esta última afirmação salientando que "na ESS o mestrado em Enfermagem teve 109 estudantes em 2016/17 e 126 em 2017/18, não considerando os candidatos, mas apenas os matriculados no 1º ano e pela 1ª vez". Não se entendem estes números uma vez que nos anos lectivos de 2013/14, 2014/15 e 2015/16 (dados do RAA), o número de

vagas/inscritos no 1º ano foi de 0/0, 25/11 e 20/0.

Também ressalva o mestrado em Agricultura Sustentável salientando que o mesmo se encontra em funcionamento desde a sua aprovação, mas não fornecendo dados numéricos. Note-se que, de acordo com o RAA, a relação vagas/inscritos no 1º ano, no referido curso e em 2013/14, 2014/15 e 2015/16 foi de 20/4, 20/2, 20/8. No mestrado em Planeamento, Auditoria e Fiscalização de Espaços Verdes os correspondentes números foram de 20/6, 20/0 e 20/0.

Finalmente e no que se refere aos mestrados da ESECS, a instituição destaca a procura do curso de Gerontologia com 41 matriculados no ano lectivo de 2016/17. A CAE julga que este números se referem ao total de inscritos e não aos matriculados no 1ºano. Com efeito, os dois cursos de mestrado com melhor procura foram os de Gerontologia e de Educação e Protecção de Crianças e Jovens em Risco. No entanto, mesmo estes cursos não conseguiram preencher mais do que 50% das vagas oferecidas em 2015/16.

### B1.2. Estudantes

Apreciação geral da evolução do número de estudantes nas Unidades Orgânicas.

Do ponto de vista global, tem-se verificado uma tendência para uma redução do número de estudantes no IPPortalegre (2547 em 2011/12 e 1699 em 2015/16). Este decrescimento tem alguma relação com a evolução demográfica da região. Em geral, mais de 40% dos estudantes são da região. Considerando os cursos de 1.º ciclo, constata-se que em apenas dois cursos Portalegre não é o principal distrito de origem desses estudantes: Enfermagem Veterinária, Equinicultura e Design e Animação Multimédia. Nestes casos, a proveniência principal dos estudantes é o distrito de Lisboa. Durante a visita, a CAE tomou conhecimento de que, nos anos lectivos 2016/17 e 2017/18, o número de estudantes da instituição evoluiu favoravelmente tendo, neste ano lectivo, já ultrapassado os 2000 estudantes.

Tendo em consideração o ano lectivo de 2015/16:

- A nível da oferta de cursos de TeSP, a ESA e a ESS destacam-se garantindo uma boa procura. A ESE e a ESTG revelam fragilidades;
- A nível da oferta de 1º ciclos de estudo, todas as escolas demonstram algumas fragilidades: A ESA tem menor procura no ciclo de estudos de Equinicultura, a ESS no ciclo de estudos de Higiene Oral, a ESE no ciclo de estudos de Educação Básica e a ESTG no ciclo de estudos de Tecnologias de Produção de Biocombustíveis. Nos restantes 1º ciclos de estudos, todas as ofertas formativas têm razoável procura;
- A nível da oferta de 2º ciclos de estudo, todas as escolas demonstram fragilidades não garantindo uma adequada procura.

Ver também o que foi dito em B1.1 sobre a pronúncia da instituição.

### B1.3. Diplomados

Apreciação geral da evolução do número de diplomados nas Unidades Orgânicas.

Em todos as escolas e na maior parte das ofertas formativas em especial nos 2º ciclos de estudo, o número de diplomados corresponde a uma baixa taxa de sucesso escolar (exceptuam-se os cursos de TeSP por terem tido início recentemente).

No caso da ESA o ciclo de estudos com maior sucesso escolar é o de Agronomia (1º ciclo). No caso da ESE, destacam-se os 1º ciclos de estudo em Serviço Social e Jornalismo e Comunicação. Na ESS destaca-se o 1º ciclo em Enfermagem e na ESTG os 1º ciclos de Gestão e de Design de Comunicação. A empregabilidade na área de formação é bastante boa (93% na ESS, 85,5% na ESA e 70% na ESTG) com excepção da ESE (44,7%).

## B2. Corpo docente

### B2.1. Adequação em número, qualificação e especialização

Apreciação geral da adequação do corpo docente das Unidades Orgânicas.

Todas as Unidades Orgânicas mostram ter um bom rácio Estudantes/Doutorados+Especialistas.

A única Unidade Orgânica que preenche os requisitos legais no que diz respeito à percentagem de Doutorados e de Especialistas é a Escola Superior de Saúde.

As restantes Unidades Orgânicas mostram também ter uma boa percentagem de Doutorados mas não cumprem os requisitos em percentagem de Especialistas.

Em geral, o número de docentes com o nível de Professor Coordenador é baixo (3 na ESA, 5 na ESE, 3 na ESS e 4 na ESTG), embora exista uma elevada percentagem de docentes doutorados.

## B2.2. Estabilidade e dinâmica de formação

Apreciação geral do grau de estabilidade do corpo docente das Unidades Orgânicas.

Em geral, existe estabilidade do corpo docente. A percentagem de docentes em tempo integral com mais de 3 anos de contrato é de 80% na ESE, 76% na ESS, 55% na ESA e 84% na ESTG.

Não é evidente que exista uma dinâmica de formação do corpo docente embora a percentagem de docentes em doutoramento há pelo menos 1 ano seja de 37% na ESTG, 34% na ESS, 18% na ESA e 14% na ESE.

## Perguntas B3. a B5.

### B3. Instalações

Apreciação geral da adequação das instalações das Unidades Orgânicas.

De acordo com o RAA, as instalações e equipamentos existentes são adequados face às características e necessidades dos ciclos de estudo leccionados. No geral encontram-se em bom estado de conservação. A melhor situação, dado ser mais recente, é a da ESTG.

Durante a visita, os estudantes da ESA fizeram referência à inexistência de espaços para estudo e trabalhos de grupo, bem como dificuldade de acesso à Biblioteca pelos cursos pós-laborais.

Na pronúncia, a instituição indica que, apesar das limitações existentes, procurou de imediato melhorar a situação disponibilizando à Associação de Estudantes uma sala para estudo e trabalhos de grupo e alterando o horário de funcionamento da biblioteca.

### B4. Atividades de investigação orientada, desenvolvimento tecnológico e desenvolvimento profissional de alto nível

Apreciação geral das atividades de investigação orientada, desenvolvimento tecnológico e desenvolvimento profissional de alto nível nas Unidades Orgânicas.

Tal como a instituição reconhece no RAA, esta área apresenta ainda e em geral, algumas debilidades. Salienta-se positivamente o caso da ESA que intervém em diversos projectos nacionais financiados e com interesse para a região (um já terminado). Internacionalmente apenas refere a participação em 5 acções COST.

A ESE também refere diversos projectos nacionais sendo 7 financiados externamente, mas não indica valores nem datas de início e fim.

A ESS lista quatro projectos nacionais financiados externamente mas todos eles já terminaram, não havendo nenhum em curso. Internacionalmente apenas indica a participação em duas acções COST. A ESTG indica um elevado número de projectos nacionais financiados externamente mas não indica valores nem datas de início e fim. Não refere participar em nenhum projecto internacional. Lista ainda vários serviços prestados ao exterior assim como o valor dos correspondentes financiamentos (na maior parte dos casos não é evidente em que consistem nem se efectivamente podem ser considerados de desenvolvimento profissional de alto nível).

### B5. Produção artística

Apreciação geral das atividades de produção artística nas Unidades Orgânicas.

A ESTG indica participar em diversas actividades através do seu departamento de Artes, Design e Comunicação, demonstrando ter obtido prémios e distinções em eventos nacionais e internacionais.

A ESE também lista um elevado número de actividades a nível nacional (exposições em grande parte dos casos) mostrando boa ligação à comunidade.

Este tipo de actividades não é aplicável aos casos da ESA e da ESS.

## Perguntas B6. a B7.

### B6. Prestação de serviços à comunidade

Apreciação geral das atividades de prestação de serviços à comunidade (incluindo atividades de promoção cultural, artística e desportiva) nas Unidades Orgânicas.

A ESTG lista um elevado número de actividades mas do ponto de vista da obtenção de receitas próprias apenas se salienta a actividade de realização de análises químicas através do seu laboratório de Química e Bioquímica. Esta actividade é ainda incipiente correspondendo a apenas cerca de 2.700 euros em 2016.

A ESS tem também alguma actividade neste domínio nomeadamente através de serviços de assessoria à Câmara Municipal de Sousel, na definição da sua Estratégia Municipal de Saúde e de serviços prestados pela Clínica de Higiene Oral que está registada desde 11/1/2016 como “prestadora de cuidados de saúde”, pela Certidão de Registo emitido pela Entidade Reguladora de Saúde n.º E129413.

A ESE lista diversos serviços, parte dos quais contratualizados com entidades nacionais, nomeadamente da região, demonstrando também alguma dinâmica de intervenção.

A ESA destaca-se através de um elevado número de actividades nomeadamente da realização de análises pelo seu laboratório de Química Agrícola, venda de produtos e análises pelo Laboratório de Biologia Vegetal, atendimento pelo seu Centro de Atendimento Veterinário (a título gratuito), consultoria especializada e prestação de serviços de formação profissional.

### B7. Colaboração nacional e internacional

Apreciação geral das atividades em cooperação nacional e internacional nas Unidades Orgânicas.

Nos últimos cinco anos, os projectos de investigação orientada nas áreas da produção agrícola e

animal e das ciências

veterinárias em que a Escola Superior Agrária de Elvas esteve envolvida representaram investimentos superiores a um

milhão de euros e o envolvimento de cerca de três dezenas de parceiros nacionais (entidades da área agrícola e instituições de ensino superior) e internacionais (de Espanha). Paralelamente, durante o período em análise, a ESA participou/participa em 5 Ações COST e detém um vasto número de parcerias no âmbito dos programas Erasmus.

A ESE descreve várias acções de colaboração com outras instituições (em geral com vista à realização de estágios) e com agrupamentos de escolas. A colaboração com instituições de ensino superior assenta na realização de investigação orientada (ver B4) e no intercâmbio de estudantes (programa Vasco da Gama). A nível internacional, limita-se praticamente ao acolhimento de estudantes de S. Tomé e Príncipe e do Brasil e ao recurso ao programa Erasmus.

A ESS limita-se a oferecer um 2º ciclo de estudos em colaboração com outras 4 instituições nacionais de ensino superior e a participar em 2 acções COST.

A ESTG salienta fundamentalmente a sua participação em acções COST e no âmbito do programa Erasmus.

Na pronúncia, a instituição demonstra que as observações acima sobre a ESS não são adequadas, descrevendo de forma exaustiva as diversas colaborações nacionais e internacionais desta UO e realçando as ofertas formativas de mestrados em associação.

## B8. Sistema interno de garantia da qualidade

### B8. Sistema interno de garantia da qualidade

No caso de o sistema estar definido a nível institucional (certificado ou não pela A3ES) preencher o campo B8.3.

### **B8.1. Evolução do sistema (no caso de sistemas certificados a nível de Unidade Orgânica)**

Apreciação geral da evolução dos sistemas certificados a nível de Unidade Orgânica, desde a sua certificação.

<sem resposta>

### **B8.2. Breve descrição do sistema (no caso de sistemas não certificados a nível de Unidade Orgânica)**

Apreciação geral do estado de desenvolvimento dos sistemas definidos a nível de Unidade Orgânica não certificados pela A3ES.

<sem resposta>

### **B8.3. Contributo da Unidade Orgânica para o funcionamento do sistema (no caso de sistema a nível da Instituição)**

Apreciação do contributo das Unidades Orgânicas para o funcionamento do sistema interno de garantia da qualidade da Instituição.

A definição do sistema de garantia da qualidade seguiu a abordagem por processos, que consiste na organização do

trabalho por áreas funcionais, congregando todos os trabalhadores, docentes e não docentes, que, em diferentes Unidades Orgânicas, desempenham as mesmas funções, constituindo grupos de melhoria contínua.

A Gestão do Sistema é assegurada por duas estruturas: o Conselho Estratégico para a Avaliação e Qualidade (CEAQ)

e o Gabinete de Avaliação e Qualidade (GAQ). Verifica-se, pela leitura do RAA, que as Unidades Orgânicas se encontram envolvidas no processo de forma adequada.

## **B9. Apreciação global, pontos fortes, pontos fracos e recomendações de melhoria**

### **B9.1. Apreciação global das Unidades Orgânicas**

Apreciação global da organização e funcionamento das Unidades Orgânicas.

A organização e funcionamento das Unidades Orgânicas (UO) não merece reparos especiais.

Nenhuma UO se salienta especialmente. Também nenhuma apresenta fragilidades neste domínio.

### **B9.2. Áreas de excelência**

Identificação de áreas de excelência.

Existência de um SIGQ certificado pela A3ES, por 6 anos em Novembro de 2017.

Existência (desde 2015) de uma incubadora de empresas e/ou projectos de base tecnológica (BioBIP) com 17 empresas (taxa de ocupação de 100%) mais 7 empresas na modalidade de incubação virtual.

Existência do Núcleo de Formação Contínua, Feira de Emprego e Empreendedorismo e Centro de Línguas e Cultura, factores diferenciadores do IPPortalegre na prestação de serviços e colaboração com a comunidade.

### **B9.3. Áreas com fragilidades**

Identificação de áreas com fragilidades específicas.

Em todos os casos (com excepção da ESS), as maiores fragilidades assentam no não cumprimento dos requisitos em termos da percentagem de Especialistas no corpo docente.

Também em todos os casos, verificam-se ainda algumas dificuldades na captação de estudantes, no desenvolvimento da investigação orientada e prestação de serviços assim como na colaboração internacional. Em geral, o número de publicações científicas em revista internacional com revisão por pares, é baixo. Faz-se notar que é a própria instituição, no RAA, que reconhece a existência destas debilidades, mostrando estar a desenvolver esforços no sentido de as corrigir.

### **B9.4. Recomendações de melhoria**

Recomendações de melhoria da organização e funcionamento das Unidades Orgânicas.

- Cumprir com os requisitos legais para o corpo docente;
- Desenvolver e implementar uma mais eficaz investigação orientada com envolvimento dos alunos;

- Incrementar as acções de prestação de serviços à comunidade;
- Incrementar a cooperação internacional;
- Aumentar o número de publicações científicas.

## B10. Observações

### B10. Observações

Critérios de excelência:

- 1) Histórico de acreditação no 1º ciclo concluído em 2016 (existência de registo de algum curso não acreditado): apesar do número de ciclos de estudo actualmente acreditados, o histórico de acreditações não é especialmente favorável à ESECS e ESTG;
- 2) Níveis de qualificação do pessoal docente: com excepção da ESS, nenhuma das Unidades Orgânicas cumpre os requisitos legais estabelecidos no RJIES. Se se considerar adequado observar o estabelecido no artigo 30.º do DL185/81, republicado no DL 207/2009 e alterado pelo - ECPDESP, apenas a ESE cumpre todos os requisitos (cálculos em ETI). As restantes Unidades Orgânicas não cumprem o requisito de mais de 70% de professores de carreira;
- 3) Nível de investigação certificado pela avaliação dos centros de investigação (pelo menos com Muito Bom ou Excelente): No RAA, apenas a ESE indica ter 3 docentes a participar nas actividades de um centro de investigação da Universidade Nova de Lisboa (CESNOVA) com a classificação de Muito Bom. As restantes Unidades Orgânicas não indicam qualquer participação em centros de investigação. Na pronúncia, a instituição lista 12 centros em que também participam docentes de outras UO. Alguns desses centros obtiveram classificações FCT de Muito Bom e Excelente;
- 4) Sistema de garantia da qualidade certificado pela agência: existe.

## III - Apreciação global da instituição

### Perguntas C1. a C5.

#### C1. Apreciação global

Apreciação global da Instituição.

Na generalidade, pode dizer-se que o IPPortalegre desenvolve uma actividade relevante no contexto económico e social da região em que se insere. Portalegre é uma cidade do interior e insere-se numa região em que se verifica, nomeadamente, um decrescimento demográfico, uma reduzida população jovem e um reduzido e de pequena dimensão tecido empresarial. A instituição tem conseguido ultrapassar algumas dificuldades merecendo uma apreciação global favorável.

#### C2. Pontos fortes

Pontos fortes da organização e funcionamento da Instituição.

Entre outros, salientam-se os seguintes:

- Sistema de Gestão da Qualidade certificado pela A3ES;
- Elevado número de Doutorados, na maioria em regime de tempo integral;
- Oferta formativa enquadrada no âmbito da sua missão
- Apoio aos estudantes para a sua inserção no mercado de trabalho;
- Instalações adequadas em todas as Unidades Orgânicas;
- Bons serviços de acção social;
- Boa taxa Esudantes/Doutorados+Especialistas e boa proximidade estudante/docente;

- Boa taxa de empregabilidade dos diplomados na área de formação (com excepção da ESE).

### C3. Pontos fracos

Pontos fracos da organização e funcionamento da Instituição.

Salientam-se os seguintes:

- Não conformidade com os requisitos em número de Especialistas, (artigo 49 nº 1 do RJIES);
- Não conformidade com alguns dos requisitos de informação para o exterior (Lei nº 38/2007, artigo 16º alínea 2);
- Reduzida percentagem de Professores Coordenadores;
- Alguns docentes com cargas horárias demasiadamente elevadas;
- Dificuldades na captação de estudantes para algumas das ofertas formativas;
- Baixa taxa de sucesso principalmente nos ciclos de estudo de Mestrado;
- Em geral, investigação orientada e actividades de prestação de serviços necessitando de melhorias;
- Baixa produção científica, particularmente pelo número de publicações em revistas internacionais com revisão por pares e indexadas;
- Política de recrutamento do pessoal docente;
- Pouca internacionalização e captação de alunos internacionais.

### C4. Recomendações de melhoria

Recomendações de melhoria da organização e funcionamento da Instituição.

- Adoptar uma política de recrutamento que atenda às necessidades de Especialistas (artigo 49º do RJIES);
- Corrigir não conformidades com a Lei nº 38/2007, artigo 16º alínea 2;
- Adoptar políticas de recrutamento que conduzam a uma distribuição equilibrada dos diferentes níveis de docência;
- Equilibrar a distribuição do serviço docente a fim de evitar sobrecargas;
- Adoptar medidas mais eficazes na atracção de estudantes para as ofertas formativas com maiores fragilidades;
- Desenvolver maiores esforços com vista a aumentar as taxas de sucesso nos ciclos de estudo mais carenciados;
- Procurar soluções para aumentar as actividades de investigação orientada e de prestação de serviços;
- Incrementar a produção científica do corpo docente;
- Adoptar medidas para incrementar as actividades de internacionalização.

### C5. Recomendação Final

(Acreditar, Acreditar com condições, Não Acreditar)

Acreditar com condições:

- De imediato: Corrigir não conformidades com a Lei nº 38/2007, artigo 16º alínea 2;
- No prazo de 3 anos: aumentar o número de Especialistas com vista ao cumprimento do artigo 49 nº 1 do RJIES.